



Interpelação Escrita

No dia 28 de Julho apresentei uma interpelação escrita sobre o caso da *Husi Food Co.*, e no dia 29 de Agosto recebi a seguinte resposta da Administração: **“O IACM vai continuar a aumentar, rever e melhorar os trabalhos no âmbito da fiscalização da segurança alimentar, assim como vai continuar a melhorar o mecanismo de troca de informações com as regiões vizinhas, estipulando medidas ao nível da gestão e prevenção da propagação de riscos, aumentando deste modo a capacidade de resposta aos riscos relacionados com a segurança alimentar.”**

No entanto, a comunicação social divulgou recentemente que: “o impacto do óleo de má qualidade de Taiwan está a alastrar-se cada vez mais em Macau. O Centro de Segurança Alimentar do IACM detectou que, nos últimos 4 meses, Macau importou mais de 2 000 toneladas daquele óleo alimentar e mais de 1 000 toneladas já entraram no mercado. De acordo com os dados dos importadores de Macau, mais de 20 pastelarias e estabelecimentos de comida utilizaram o referido óleo... O Centro de Segurança Alimentar continua com as averiguações para detectar onde é que ainda está a ser utilizado este óleo alimentar, e vai continuar a acompanhar a situação.”¹ O caso do “óleo das sarjetas” é mais um caso de segurança alimentar a afectar Macau, depois do caso da *Husi Food Co.*, e a população está preocupada com a qualidade

¹ Jornal *Macao Daily News*, dia 7 de Setembro de 2014: “O óleo das sarjetas de Taiwan afecta Macau. Nos últimos 4 meses, Macau importou mais de 2 000 toneladas deste óleo alimentar, e foram mais de 20 as pastelarias que o utilizaram. Neste momento já deixaram de o fazer”.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(Tradução)

dos alimentos e com a sua saúde, assim como tem dúvidas em relação aos serviços competentes, se estes conseguem garantir a segurança dos alimentos que chegam até si.

Peritos e académicos referiram que, após o escândalo do “óleo das sarjetas”, o Governo foi rápido a divulgar a situação, comparativamente ao que se registou anteriormente, contudo, até ao momento ainda não divulgou nenhum relatório das análises efectuadas pelo Centro de Segurança Alimentar de Macau, portanto, a população duvida das competências técnicas e da credibilidade das análises efectuadas localmente. O Governo deve efectuar análises tanto ao óleo como aos seus derivados, entretanto recolhidos e selados, e divulgar o respectivo relatório, com vista a que a população fique a saber em que medida é foi afectada. Este caso ilustra bem que não podemos depender na totalidade dos resultados das análises efectuadas no exterior, Macau deve sim definir os seus próprios padrões e melhorar o mecanismo de análise dos produtos mais utilizados, nomeadamente, óleo, arroz e outros produtos alimentares, deve retirar amostras e proceder à sua análise, com vista a aferir das características dos alimentos em causa. Contudo, não é possível exigir ao Governo análises minuciosas a todos os alimentos, e também não é realista exigir-lhe a criação de uma nova entidade responsável por estas análises.

Peritos e académicos propõem ao Governo que assuma uma atitude pragmática e que implemente um mecanismo de análises assegurado por



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(Tradução)

entidades independentes. Este mecanismo pode implicar custos mais elevados, contudo, cada vez que acontece um problema relacionado com a segurança alimentar, a imagem do Governo é afectada, e os custos sociais são ainda mais graves. Na minha opinião, a recolha de amostras e as análises devem ser adjudicadas e efectuadas por entidades independentes e credíveis, e a seguir deve o Governo proceder à confirmação dessas análises, com vista a que a população tenha confiança e se sinta segura em relação aos resultados, disponibilizando-lhe assim um mecanismo de dupla garantia nas questões relacionadas com a segurança alimentar.

Ao mesmo tempo, outros peritos e académicos referiram que a situação do óleo das sarjetas afecta imenso os consumidores e o negócio das micro-empresas, nomeadamente, das lojas tradicionais de renome. O Governo da RAEM tem sempre apoiado o desenvolvimento das PME e das micro-empresas, portanto, deve também apoiar estas lojas tradicionais de renome, nomeadamente, através da rápida implementação de medidas, com vista a salvaguardar o bom nome dessas lojas, para além disso, deve trabalhar com todo o afinco, com vista a proteger os direitos tanto dos consumidores como das micro-empresas. Vai fazê-lo?

Nestes termos, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Dias após o caso do “óleo das sarjetas”, alguns residentes pediram-me



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(Tradução)

para perguntar à Administração porque é que ainda não foi divulgado nenhum relatório das análises efectuadas ao óleo alimentar e seus derivados, entretanto recolhidos e selados. Porquê? Esta demora deve-se a quê, à falta de competências técnicas ou à falta de profissionais? Gostaria que a Administração esclarecesse estas questões.

2. De acordo com peritos e académicos e ainda com a população, o referido caso do “óleo das sarjetas” afecta imenso os consumidores e o negócio das micro-empresas, nomeadamente, das lojas tradicionais de renome. O Governo deve então apoiá-las, nomeadamente, através da rápida implementação de medidas, com vista a salvaguardar o bom nome dessas lojas, para além disso, deve trabalhar com todo o afinco, com vista a proteger os direitos tanto dos consumidores como das micro-empresas. Qual é a resposta da Administração a estas solicitações?

O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau

Mak Soi Kun

12 de Setembro de 2014